

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELETTI/EM

Participação política e social hoje

Nunca fui a nenhuma das muitas paradas que antes se chamavam gay e que, agora, foram rebatizadas para GLTB. Elas existem há vários anos, acontecem em diversos países e, no Brasil, começaram na década de 90. A de São Paulo é a mais importante, pelo tamanho e o interesse que desperta. Não tenho certeza, mas li que ela é, hoje, a maior do mundo. Na que será realizada hoje, espera-se a participação de 3 milhões de pessoas, vindas de todo o país e de outros lugares na América do Sul e alhures.

Pela minha ignorância, não sei dizer quem são esses milhões de pessoas. Imagino que muitas integram alguma das categorias identificadas pela sigla: gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais. Mas é óbvio que há muitas outras que não pertencem a

nenhum desses grupos de identidade. Basta olhar as imagens que a televisão mostra, onde se vê de tudo, de crianças a senhoras de idade.

Três milhões de pessoas é mais que a população de Belo Horizonte inteira e quase todos os habitantes de um país como o Uruguai, que não é exatamente um desses micropaises que hoje existem. É o equivalente a quase 2% da população total do Brasil, nas ruas de São Paulo ao mesmo tempo para dizer ou mostrar alguma coisa.

Na atualidade, não existe nenhuma manifestação de tamanho parecido em nossa sociedade. As grandes festas de massa, como o réveillon de Copacabana e o carnaval de rua em Salvador, não atingem essa escala e, aliás, pouco ou nada têm de semelhante, pois

não reúnem indivíduos que pretendem se expressar em conjunto.

Recentemente, quando da visita de Bento XVI, a missa de canonização de frei Galvão, pela sua singularidade (primeiro santo brasileiro, presença do papa etc.), foi saudada pela mídia como grande evento de massa, com menções a milhares e milhões de participantes. Pois bem, a Parada do Orgulho GLTB em São Paulo será muito maior.

Note-se que, ao contrário dessa missa, os meios de comunicação dão destaque muito modesto à parada, nada ou quase nada mostrando dos antecedentes e preparativos. Durante e depois, continua pequeno o espaço a ela dedicado. Nada nem longinquamente parecido com as horas de cobertura que as grandes redes de

televisão despenderam nos dias que antecederam a cerimônia no Campo de Marte.

Esse é um aspecto muito relevante de um fenômeno de participação genuíno, como não temos no Brasil faz muito tempo. Nele, não é necessário qualquer envolvimento dos meios de comunicação de massa, nenhuma manipulação de sentimentalismos fáceis precisa acontecer para levar as pessoas às ruas.

Nos outros grandes momentos de participação de massa que tivemos, nas últimas décadas, havia um ingrediente que a parada não tem: uma imediata conotação política. Ele esteve presente nas reações populares à ditadura (marcha dos 100 mil), no movimento das diretas-já e nas grandes manifestações pró-impeachment de Fernando Collor. Não sei se algum deles teve o tamanho dela, mas foram diferentes nesse aspecto.

Por isso, tiveram algo que a parada não tem e que a torna ainda mais interessante. Salvo raríssimas exceções, não há políticos nessas paradas, nada havendo de parecido com seus palanques lotados de autoridades de todos os tipos.

Manifestação puramente social, em um país onde tudo começa e termina no estado? Desejo de expressão direta de sentimentos não necessariamente estruturados, em uma cultura política que desconfia cada vez mais dos mecanismos de representação? Afirmação de autonomia na definição das agendas de uma sociedade que se percebe objeto de manipulações dos grandes órgãos de comunicação? O que será que dizem os milhões que vão à parada?

É hora de prestar atenção e descobrir. O sistema político não pode continuar em seu berço esplêndido, entretido com seus pequenos negócios, enquanto a sociedade segue seu rumo.

“

Na atualidade, não existe nenhuma manifestação de tamanho parecido em nossa sociedade. As grandes festas de massa, como o réveillon de Copacabana e o carnaval de rua em Salvador, não atingem essa escala e, aliás, pouco ou nada possuem de semelhante

OPERAÇÃO XEQUE-MATE

Oposição quer criar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar caso Vavá e denúncias da Operação Navalha. O argumento é que novos fatos revelados são gravíssimos

CPI pode ser fortalecida

LUIZ CARLOS AZEDO E RICARDO MIRANDA

Brasília e Rio de Janeiro—As informações de que Genival Inácio da Silva, o Vavá, usava o nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu irmão, para conseguir dinheiro de Nilton César Servo, apontado como chefe da máfia dos caça-níqueis, e de que Lula sabia disso e tentou impedir as ações do irmão mais velho deram mais força ao movimento pela instalação da CPI da Navalha, incluindo as investigações da Operação Xequê-Mate. Gravações telefônicas feitas pela Polícia Federal na Xequê-Mate mostram Vavá sendo alertado de que Lula estava preocupado com suas ações e queria conversar com ele.

“São indícios relevantes de crimes contra a administração pública e são coisas gravíssimas. Esses elos têm que ser investigados por uma CPI, que pode quebrar os sigilos dos envolvidos”, disse a presidente do PSOL, ex-senadora Heloísa Helena, ontem, no Rio, onde o partido realiza um congresso. O PSOL propõe que a CPI tenha como

objeto as denúncias levantadas pela Polícia Federal nas operações Xequê-Mate e Navalha, que investigou a Construtora Gautama e fraude em licitações públicas. Vavá foi indiciado pela Xequê-Mate por tráfico de influência e exploração de prestígio. A PF afirma que Lula não tem “qualquer participação” no episódio e que não há comprovação de que Vavá teria conseguido obter do Executivo medidas favoráveis ao grupo.

Outra integrante da Executiva Nacional do PSOL, a deputada Luciana Genro (RS) também defendeu a CPI, mas não deu a mesma importância ao tráfico de influência supostamente praticado pelo irmão do presidente. “Que ele (Vavá) deve fazer exploração de prestígio por ser irmão do presidente, eu não tenho dúvida. Mas isso é uma gota num mar de lama. Ele é uma pessoa que me parece sem capacidade para grandes negociações. O grande problema que deve ser investigado é a intermediação de verbas por

políticos corruptos, sejam parlamentares, sejam do Executivo, junto a empreiteiras. O foco tem que continuar aí”, defendeu.

DESPREPARO De acordo com o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), o presidente Lula não tem culpa pelo comportamento do irmão, “mas revela despreparo para o cargo ao mentir reiteradamente”. Segundo Aleluia, se Lula sabia das atividades de Vavá, não poderia ter manifestado confiança nele quando comentou a operação da Polícia Federal na residência do irmão mais velho. “Agora, o governo nomeará todo mundo para tentar evitar a instalação da CPI da Navalha, será a desmoralização completa do Executivo e do Legislativo. O Judiciário que se cuide”, avaliou.

Autor do pedido de instalação dessa CPI, o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) avalia que descoberta de gravações ligando Vavá ao esquema irregular de jogos de azar investigado pela Operação Xequê-Mate pode acelerar a abertura da CPI da Navalha. Sampaio começou a colher assinatu-

ras para a CPI logo que foi deflagrada a Operação Xequê-Mate: “Foi um trabalho silencioso, com base em fatos concretos”. Para Sampaio, a atuação de Vavá é o segundo caso em que parentes de Lula se valem do prestígio em proveito próprio. “O primeiro foi o Lulinha”, filho do presidente, supostamente favorecido por recursos de uma concessionária pública.

No Senado, o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), disse que há contradição entre as declarações do presidente Lula de que confiava no irmão e os fatos revelados pelas gravações. “É uma sucessão de escândalos, que não comporta mais CPIs, virou rotina. Precisamos enfrentar esse problema de maneira permanente, através das comissões do Congresso.”

O líder do DEM no Senado, José Agripino Maia (RN), questionou a atuação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na prevenção dos fatos. “Houve a primeira denúncia, dando conta que ele fazia tráfico de influência. Como ninguém fez nada, a impunidade lhe deu desenvoltura para agir”, avalia.

“

São indícios relevantes de crimes contra a administração pública e são coisas gravíssimas. Esses elos têm que ser investigados por uma CPI, que pode quebrar os sigilos dos envolvidos

■ Heloísa Helena, presidente do PSOL

□□□

O grande problema que deve ser investigado é a intermediação de verbas por políticos corruptos, sejam parlamentares, sejam do Executivo, junto a empreiteiras. O foco tem que continuar aí

■ Luciana Genro (PSOL-RS), deputada

”



Ex-senadora Heloísa Helena e deputada Luciana Genro: comando do PSOL pretende fazer campanha em favor de uma CPI ampliada no Congresso

RICARDO LEONI/AGÊNCIA O GLOBO